ARMAS DE BRINQUEDO

Brincando com coisa séria. É hora de refletir e conscientizar pais e crianças!

“Tenho três filhos e nunca ofereci a eles armas de brinquedo. Também oriento aos familiares a não presenteá-los com esse tipo de brinquedo. Acredito que temos de prevenir nossos filhos, desde cedo, sobre os efeitos da violência”. - Jocélio Sousa, funcionário público.

“Quando era criança uma das minhas brincadeiras favoritas era a do mocinho e bandido. Brincava com meus amigos com armas de plástico que disparavam bolinhas também de plástico. Sempre encarei aquilo como de fato era, uma brincadeira. Cresci e sou contra qualquer tipo de violência, no entanto, acho que o problema não é a arma de brinquedo, mas a orientação que a criança recebe em casa. Contudo, entendo a comoção que isso gera atualmente. Algumas armas são verdadeiras réplicas das de verdade, diferentes das que eu brincava. O contexto urbano hoje também é muito diferente de décadas atrás. Ainda não tenho filhos, mas certamente, vou pensar com mais calma sobre essa questão. Os tempos mudaram, para o bem e para o mal” - Marcelo Alves, engenheiro civil.

Os dois pontos de vistas acima traduzem o dilema da sociedade sobre o tema. Afinal, armas de brinquedo farão da criança um adulto violento? Uma citação da psicóloga Rosely Sayão explica que há uma ânsia de demonizar as armas de brinquedo e até mesmo videogames como indutores de violência. Contudo, segundo a psicóloga, deve existir uma reflexão sobre o comportamento dos pais perante os filhos.

O que se discute é até que ponto esse tipo de brinquedo influencia o desenvolvimento da personalidade das crianças, deixando-as mais agressivas. Muitos educadores e psicólogos

dizem que o estímulo das armas combinado com outros fatores – como a convivência em um ambiente agressivo – pode levar a comportamentos violentos.

Em setembro, uma lei sancionada no Distrito Federal reacendeu o debate que já vem acontecendo acaloradamente nos últimos anos. A medida impede a fabricação, comercialização e distribuição das peças semelhantes ou não aos armamentos convencionais. Estão inclusas as que disparam balas, bolas, espuma, luz, laser e assemelhados, as que produzam sons ou as que projetam quaisquer substâncias. A aprovação da norma repercutiu nacionalmente e também fora do Brasil, com reportagem no jornal britânico The Guardian.

Segundo reportagem do jornal Correio Braziliense, a medida, que também divide opiniões entre os brasilienses, deve ser regulamentada em até 120 dias pelo governo local. A partir daí, os comerciantes terão seis meses para acabar com os estoques. As lojas que insistirem em desrespeitar a lei receberão advertências por escrito. As multas variam entre R$ 5 mil e R$ 100 mil, além de sanções, como suspensão de atividades do comércio por 30 dias ou cassação da licença de funcionamento.

No Espírito Santo, o deputado Hércules Silveira (PMDB) apresentou projeto na Assembleia Legislativa que também proíbe a fabricação e a venda de armas de brinquedo que simulem as originais em todo o Estado. Silveira diz que está preocupado com o grande número de acidentes causados por arma de fogo. “Vamos acabar com o problema antes que ele aconteça. Se a criança não tiver uma arma de brinquedo, entenderá de forma mais clara que não se pode brincar com esse tipo de objeto”.

EM FORTALEZA

Já tramita na Câmara Municipal um projeto do vereador Eulógio Neto (PSC) que pretende proibir, em Fortaleza, a fabricação e a comercialização de “brinquedos que sejam réplicas ou simulacros de armas de fogo de qualquer natureza”. O projeto também prevê punições para os estabelecimentos que desobedecerem à lei, tais como: advertências pro escrito; multa que vai de R$ 5.000 a R$ 100.000; suspensão da atividade por 30 dias e cassação da licença de funcionamento.

Em sua justificativa, o parlamentar aponta que “o uso de uma arma de brinquedo por uma

criança é uma afronta à civilização, que há milhares de anos ensina que a violência gera violência, e que por isso se estabeleceu o Estado, a Lei e a Justiça para solucionar as diferenças e impor freios à violência".

Para Eulógio Neto, o processo de educar associa também o ato do brincar, mas com a utilização de criativos brinquedos capazes de ajudar crianças a desenvolver habilidades e princípios, dentro de novos valores e atitudes de paz e solidariedade, e não com objetos que sejam réplicas ou simulacros de armas de fogo e, em consequência, despertem e consolidem, nas crianças, sentimentos de agressividade e violência.

O projeto aguarda parecer da Comissão de Legislação da Câmara. Depois segue para o plenário e, se aprovado, irá para a sanção ou veto do prefeito Roberto Cláudio (sem partido).

O vereador assinalou no projeto que pesquisas nacionais vêm demonstrando que a promoção da cultura de paz, por meio do ensino da empatia, habilidades de vida e habilidades de resolução de problemas, é instrumento capaz de influir na prevenção e reduzir os índices de agressões e crimes violentos. Atestando assim, justifica Eulógio, o acerto de medidas constantes na proposição, direcionadas à construção de novas condutas capazes de contribuir com a redução da violência. "Desse modo, campanhas de desarmamento infantil e promoção da cultura de paz são oportunidades de ensinar alternativas saudáveis para as crianças se habilitarem à capacidade de resolver seus problemas sem fazer uso da violência".

Na justificativa do projeto, o vereador cita um princípio da Unesco que deve sustentar as ações a serem desenvolvidas para enfrentar o quadro da violência: "como as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é na mente dos homens que as defesas da paz devem ser construídas".

*Foto: Rede MG Cidadania 03 outubro 2013